



SE 08. Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença

Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais) - Coordenador/a, Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais) - Participante, Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Participante, Russell Parry Scott (UFPE) - Participante, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (Departamento de Antropologia/UnB) - Debatedor/a, Ana Beatriz Vianna Mendes (Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG) - Participante, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS) - Participante, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Participante, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS) - Debatedor/a, Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) - Participante, Cintia Beatriz Muller (DEA/UFBA) - Participante, Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) - Participante, Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas) - Debatedor/a

O Simpósio Especial pretende problematizar as questões das identidades e territórios e formas de resiliências no Brasil contemporâneo, a partir da correlação entre poder, territorialidade, Estado, desenvolvimento, preservação ambiental, violência e micropolítica, enfatizando situações de exclusão ou subalternização de povos indígenas, comunidades dos quilombos, povos e comunidades tradicionais, bem como suas lutas pelo reconhecimento formal e acesso à terra/território e demais direitos. Sabe-se que a perspectiva desenvolvimentista e modernizadora adotada pelo Estado Brasileiro tem resultado numa série de impactos sobre territórios tradicionais e modos de vida, resultando em déficits de cidadania de vários grupos historicamente excluídos. Nos dois últimos anos, o cenário político de retrocesso democrático agravou ainda mais este quadro, seja pelo desmonte de aparatos do Estado, pela supressão de programas sociais, cortes orçamentários e paralisação dos processos de regularização, em sintonia com os interesses e projetos hegemônicos. O SE se propõe também a problematizar a atuação do(a) antropólogo(a) nos processos de reconhecimento de direitos étnicos, coletivos e territoriais, no diálogo com campo jurídico e com o poder executivo, no sentido de promover interlocução entre o fazer antropológico, garantia de direitos e lutas sociais. As três sessões serão: Resistência e resiliência; Estado, desenvolvimento e violência; O trabalho do antropólogo e a implementação de direitos.

Projetos desenvolvimentistas, o Estado, o indigenismo empresarial, e a violação dos direitos dos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais

Autoria: Stephen G. Baines

O work aborda a situação dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais frente ao ataque nos últimos anos por meio de proposições legislativas lançadas por políticos da bancada ruralista,



aliados a grandes consórcios de empresas de agronegócio, mineração e hidrelétricas, como o PEC 215/2000, visando paralisar demarcações, a CPI Funai/Incra 2, de 2015, que propõe o indiciamento de lideranças indígenas e quilombolas, e o Parecer AGU nº 001/2017, que tenta impor a tese do marco temporal. Após esboçar o quadro político de investimentos no Brasil, e o papel contraditório do Estado, ao promover o desenvolvimento e simular o respeito à legislação relativa aos direitos dos povos tradicionais, abordar-se-á estratégias do movimento indígena para enfrentar as ameaças apresentadas pelo avanço de grandes projetos desenvolvimentistas.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

